



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DEPUTADO JOÃO CARDOSO



PL 424 /2019

L I D O

**PROJETO DE LEI Nº**  
(Do Sr. Deputado **JOÃO CARDOSO - AVANTE**)

Em, 19/05/19

Secretaria Legislativa

**Institui o dia da Fiscalização de Atividades Urbanas no Distrito Federal e dá outras providências.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o dia da Fiscalização de Atividades Urbanas no Distrito Federal, a ser comemorado anualmente no dia 2 de fevereiro.

*Parágrafo único.* A data comemorativa de que trata o *caput* deste artigo passa a integrar o calendário de eventos oficiais do Distrito Federal.

**Art. 2º** Entende-se por fiscalização de atividades urbanas para efeitos desta Lei as atividades de vistorias e fiscalizações, lavratura de autos e termos, exercício do poder de polícia administrativa, fiscalização de higienização das vias e dos logradouros públicos, fiscalização de resíduos de qualquer natureza, fiscalização de limpeza urbana, fiscalização de ordenamento urbano, fiscalização de vigilância sanitária, animal, vegetal e agroindustrial, fiscalização de obras, edificações e urbanismo, fiscalização de atividades econômicas e urbanas, fiscalização de transportes, realização de diligência, aditamento de processos na fiscalização de atividades nas áreas urbanas e rurais.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta tem por finalidade instituir e incluir no calendário de eventos oficiais do Distrito Federal o dia da Fiscalização de Atividades Urbanas, a ser comemorado anualmente no dia 2 de fevereiro, pois este dia já consta no *site* [www.fiscaldeposturas.com.br](http://www.fiscaldeposturas.com.br) como data comemorativa do Dia do Agente Fiscal.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO JOÃO CARDOSO**



Atualmente as carreiras de atividades urbanas do Distrito Federal estão disciplinadas pelos seguintes diplomas legais:

a) pela Lei nº 39/1989 e suas alterações, em especial as Leis nºs 2.706/2001, 4.479/2010 e 5.226/2013, com a denominação de carreira de Auditoria de Atividades Urbanas, composta pelos cargos de Auditor de Atividades Urbanas e Auditor Fiscal de Atividades Urbanas;

b) pela Lei nº 4.464/2010 e suas alterações, em especial a Lei 5.194/2013, com a denominação de carreira de Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas, composta pelo cargo de Inspetor Fiscal de Atividades Urbanas.

Os servidores da carreira de Auditoria de Atividades Urbanas são responsáveis pela fiscalização das seguintes áreas de especialização: vigilância sanitária; obras, edificação e urbanismo; atividades econômicas; transportes e controle ambiental; constituindo um rol de importantes mecanismos de controle em prol do bem-estar da população.

Já os servidores da carreira de Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas são responsáveis pela fiscalização dos resíduos de qualquer natureza e das vias e logradouros públicos, visando à higienização das áreas urbanas do Distrito Federal.

A Classificação Brasileira de Ocupações – CBO estabeleceu o código 2545-05 para o fiscal de atividades urbanas, dentre os profissionais da fiscalização de atividades urbanas (2545), nos seguintes termos:

**2545-05 - Fiscal de atividades urbanas**

Agente fiscal(atividades urbanas), Agente vistor, Auditor de atividades urbanas, Auditor fiscal de atividades urbanas, Fiscal de atividades econômicas, Fiscal de feiras livres, Fiscal de posturas, Fiscal integrado, Fiscal municipal, Fiscal urbano, Inspetor fiscal

**Descrição Sumária**

Realizam vistorias e fiscalizações, lavram autos e termos, exercem poder de polícia administrativa, fiscalizam ordenamento urbano, realizam diligência, aditam processos na fiscalização de atividades nas áreas urbanas e rurais.





**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO JOÃO CARDOSO**



Assim, considerando o elevado trabalho prestado por esses profissionais, os presidentes dos Sindicatos das Carreiras de Auditoria de Atividades Urbanas e de Fiscalização e Inspeção de Atividades de Urbanas, bem como o presidente da Associação dos Inspectores Fiscais de Atividades Urbanas, pretendem comemorar em 2 de fevereiro o dia da Fiscalização de Atividades Urbanas no âmbito do Distrito Federal, com a finalidade atender anseio da categoria, que deseja ver esta data comemorativa estabelecida em lei.

Deve-se destacar o honroso trabalho desenvolvido pelos servidores que exercem a fiscalização das atividades urbanas no Distrito Federal, pois trabalham diuturnamente para demonstrar à sociedade o quão é importante conduzir o trabalho do poder de polícia administrativo e de fiscalização de forma profissional, apolítica, com seriedade e trabalho árduo, sempre com o objetivo maior de primar pela eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços.

Dessa forma, uma data comemorativa para valorização desses profissionais, essenciais à Administração Pública para exercer o poder de polícia administrativo e a fiscalização, oportunizará o fomento de reflexão aos gestores públicos para valorização das Carreiras de Auditoria de Atividades Urbanas e de Fiscalização e Inspeção de Atividades de Urbanas, além de fortalecer o desenvolvimento de políticas públicas fiscalizatórias no Distrito Federal.

Ante o exposto, conclamamos aos nobres pares desta Casa Legislativa apoio para aprovação deste projeto de lei.

Sala das Comissões, em

Deputado **JOÃO CARDOSO - AVANTE**

Setor Protocolo Legislativo

PL Nº 424/2019

Folha Nº 03 *Paula*



CÂMARA  
LEGISLATIVA  
DISTRITO FEDERAL

# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade responsável: Secretaria Legislativa

**Assunto:** Distribuição do **Projeto de Lei nº 424/19** que “Institui o dia da Fiscalização de atividades Urbanas no Distrito Federal e dá outras providências”.

**Autoria:** Deputado (a) João Cardoso (AVANTE)

Ao **SPL** para indexações, em seguida ao **SACP**, para conhecimento e providências protocolares, informando que a matéria tramitará, em análise de mérito e admissibilidade, na **CEOF** (RICL, art. 64, § 1º, I) e, em análise de admissibilidade na **CCJ** (RICL, art. 63, I).

Em 15/05/19

MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 13.821

Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo

PL Nº 424 / 2019

Folha Nº 04 Paulo